

De inválidos a cidadãos
De minusvalidos hasta ciudadanos
Disable persons to citizens

Maria José Bule

Enfermeira Especialista. Mestre em Sociologia. Docente na Universidade de Évora.
mjosebule@uevora.pt

Manuel Agostinho Fernandes

Enfermeiro Especialista. Mestre em Comportamento Organizacional. Doutor em gestão da qualidade na saúde. Docente na Universidade de Évora

Elsa Garção Pires

Enfermeira Especialista. Licenciada em Enfermagem. Docente na Universidade de Évora.

Palavras- Chave:

Enfermagem de reabilitação, História, Planos de estudos

Nursing rehabilitation, History, Studies plans

Enfermería de rehabilitación. Historia, Planes de estudio

RESUMO

Em Portugal a reabilitação surge enquadrada nas consequências sociais da guerra. O Decreto nº 3.306 de 21 de Agosto de 1917 autorizava a “Cruzada das Mulheres Portuguesas” a criar um curso preparatório de enfermeiras para os hospitais militares do País e dos corpos expedicionários. Só podiam frequentar esse curso mulheres entre os 21 e os 30 anos. O programa da parte teórica do curso foi publicado na Portaria nº 1.124 de 27 de Outubro de 1917. Constava de 27 pontos distribuídos por 9 partes a última das quais seria desenvolvida num programa especial pelas enfermeiras que se destinassem aos Institutos de reeducação dos mutilados da guerra. Incluía matérias específicas como o conhecimento dos agentes naturais como meio de terapêutica (ar, água, sol, luz, calor, eletricidade), a ginástica, massagem e a psicologia do doente e do mutilado (Portaria nº1:124 de 27 de Outubro de 1917). Em Fevereiro de 1931 foi legalmente instituído o Sindicato Profissional dos Enfermeiros da Região Sul que apresentou ao Ministro do Interior reivindicações relacionadas com o exercício profissional, a formação e as condições de trabalho dos

enfermeiros. Nestas reivindicações incluía – se a criação de cursos de especialização. A dissolução do sindicato aconteceu em 1933 e até então as reivindicações não tinham sido alcançadas. A formação que se assumia como a única via de legitimação de todas as reivindicações continuava nas mãos dos médicos que eram responsáveis pela docência e pela elaboração de programas de ensino (Silva, 2008).

A enfermagem portuguesa seria também marcada na década de 1960 pela guerra colonial (1962-1974). A recuperação dos acidentados de guerra levaria à criação do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Alcoitão (CMRA) e no ano letivo de 1964-1965 à organização do 1º curso de especialização em enfermagem de reabilitação (CEER) da responsabilidade de Maria de Lurdes Sales Luis Teve inicio no dia 18 de Outubro de 1965 o 1º curso de especialização em enfermagem de reabilitação, com um programa provisório e duração de 34 semanas. Este curso destinava-se a formar enfermeiros que ficariam a exercer a sua atividade profissional no CMRA. Terminaram este curso 14 enfermeiras (Arruda,2006).

O primeiro plano de estudos de âmbito nacional foi elaborado por uma comissão nomeada em 1965 e era constituída pela enfermeira Mariana Diniz de Sousa e pelo Dr. Armando Sales Luís, pela Enfermeira Sales Luís e pelo Dr. Santana Carlos. A aprovação deste plano de estudos deu-se a 10 de Maio de 1967, tinha a duração de 42 semanas, 20 com disciplinas teórico-práticas e 22 de estágio. Este segundo curso já integrou enfermeiros provenientes de outras instituições (Arruda, 2006; Curso de Especialização em Enfermagem de Reabilitação 1965/1966).

No início dos anos 70 surgiu a vontade para que o curso passasse a ter apenas três meses de formação teórico-prática em contexto escolar, sendo os estágios com maior duração da responsabilidade dos serviços de enfermagem do CMR.

Em 1973 é nomeado um grupo de trabalho para proceder à revisão do programa do Curso, constituído pelas enfermeiras Maria Inês Stilwell, Monteiro de Barros e Sales Luís e pelos fisiatras Evaristo Fonseca e Felipe Rocha. O plano de estudos foi aprovado a 12 de Agosto de 1974 e ficou estabelecido a abertura de dois cursos por ano, em Outubro e Abril (Arruda, 2006; Centro de Medicina de Reabilitação 1974).

Em 1983 o INSA- DEE aprovou um novo plano de estudos com a duração de 18 meses o qual foi revisto em 1987 (Instituto Nacional de Saúde, 1987).

Questão de investigação: Como evoluiu a formação especializada em enfermagem de reabilitação em Portugal no período de 1965 a 1987?

Objetivo: Caracterizar a estrutura curricular dos CEER 1965 – 1987;

Metodologia: Investigação histórica, Estudo descritivo.

Técnicas: Análise documental. O corpus de análise foi constituído pelos planos de estudos 1965- 1987. São fontes primárias cuja autenticidade e genuinidade foram verificadas (Vieira e Ferreira, 2008).

Resultados: Os planos mantiveram constantes algumas áreas: Enfermagem de reabilitação, reabilitação, anatomia, fisiologia e patologia. A partir de 1983 houve o incremento das ciências sociais e humanas. Também nas áreas constantes nos planos de estudo, os conteúdos desenvolvidos são neurologia, neurotraumatologia, ortopedia, ortotraumatologia e pneumologia. Os estágios estão planeados nessas áreas de cuidados. Até 1983 os planos individualizaram a disciplina de Actividades da vida diária (AVD) e a obrigatoriedade de estágios nesses departamentos.

Conclusões:

Até 1974 as alterações dos curricula foram justificadas como facilitadoras dos processos de aprendizagem em especial na relação formação teórica e formação prática. A partir de 1983 as revisões resultam de normativos legais.

O plano de 1965 explicita a adequação da formação ao contexto social e às necessidades em cuidados de saúde, à data da sua implementação. Os planos de 1965 a 1975 enquadram a formação nas competências previstas para o exercício. A partir de 1983 os conteúdos funcionais definidos por lei estão vertidos nos objectivos e nas disciplinas dos cursos. Parecem ser estes os organizadores dos curricula.

Os planos de estudos de 1965 a 1987 revelam coerência entre os objectivos/ finalidades dos cursos e as disciplinas que os integram.

Os objetivos dos cursos inicialmente centrados na dotação dos enfermeiros em competências clínicas evoluem a partir de 1983 para integrarem competências de produção e utilização da investigação na área, pedagogia e administração.

Existe coerência entre a formação teórica, teórico-prática e os estágios. Apenas o plano de 1965 não fornece dados que permitam inferir esta conclusão.

Na componente prática são os estágios de neurologia que têm maior peso.

A introdução de áreas das ciências sociais e humanas em 1983 resultou numa diminuição do peso das disciplinas de reabilitação.

Até 1966 a formação em enfermagem de reabilitação incluía: orientação vocacional, recreação, hidroterapia, electroterapia, terapia da fala, próteses e ajudas mecânicas. Estes conteúdos foram extintos no período de 1983 a 1987.

Referências bibliográficas:

Arruda, L.- **Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão – História do Projecto de Medicina de Reabilitação/A Arquitectura e a Arte**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 2006. ISBN 972-8761-17

Curso de Especialização em Enfermagem de Reabilitação (1965/1966). 1º Plano de Estudos. Consultado em Fevereiro de 2012 no Centro de Documentação da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

Centro de Medicina de Reabilitação (1974). 3º Plano de Estudos. Consultado em Fevereiro de 2012 no Centro de Documentação da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

Centro de Medicina de Reabilitação (1975). 4º Plano de Estudos. Consultado em Fevereiro de 2012 no Centro de Documentação da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

Direcção Geral dos Hospitais (1967). 2º Plano de Estudos. Consultado em Fevereiro de 2012 no Centro de Documentação da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

Instituto Nacional de Saúde (1987).5º Plano de Estudos. Consultado em Fevereiro de 2012 no Centro de Documentação da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

História da Enfermagem de Reabilitação. Ordem dos Enfermeiros. Lisboa. ISSN 1646-2629. 9 (2003) 12-13

PORTARIA nº1/124. D.R.I Série, 186 (1917-10-27) 1052-1053

PORTARIA nº1114/82. D.R.I Série. 286 (1982-12-13) 4093-4094

SILVA, A. - **A arte de enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 978-972-8704-99-5

Vieira, Margarida; Ferreira, Jorge Sousa. Investigação Histórica: Um instrumento para o desenvolvimento profissional. Servir. Lisboa. ISSN 0871/2370 56: 5-6 (2008) 167-172